

# POLÍTICA BRASILEIRA

O mais influente boletim de análise política para o mercado financeiro.  
**DESDE 1992**

## Orçamento 2026

Lula sanciona proposta aprovada pelo Congresso em dezembro

## PLP nº 108/24

O presidente também sanciona o projeto que regulamenta a Reforma Tributária

**ARKOADVICE.COM.BR**

SHS Quadra 6, Bloco C, 8º Andar  
Complexo Brasil, 61  
Asa Sul, Brasília-DF  
CEP 70316-000



EXCLUSIVO  
PARA CLIENTES 



## TENDÊNCIAS DA SEMANA

### CLIMA POLÍTICO

O presidente Lula (PT) sanciona, nesta semana, o Orçamento da União para 2026 e o projeto que cria o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Os textos foram aprovados em dezembro pelo Congresso Nacional. Duas pesquisas sobre eleição presidencial serão divulgadas (pela Boas Ideias Inteligência em Pesquisa e pela Genial/Quaest).

### Reforma Tributária

O presidente Lula (PT) tem até terça-feira (13) para sancionar o projeto de lei complementar que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A partir da sanção, a Receita Federal deverá publicar as regulamentações da lei.

De acordo com o texto aprovado, o Comitê Gestor será composto por 54

conselheiros. Representantes dos estados e municípios terão mandato de quatro anos. Os conselheiros, que devem ter experiência na área tributária e boa reputação, só poderão ser afastados do posto por denúncia judicial, falta grave ou condenação à prisão.

**TENDÊNCIA > REGULAMENTAÇÕES DEVEM SER PUBLICADAS AO LONGO DO 1º SEMESTRE**

### Orçamento da União

Na quarta-feira (14), o presidente Lula (PT) sanciona o Orçamento da União para 2026. O texto foi aprovado com previsão de despesas totais de R\$ 6,5 trilhões, incluindo R\$ 1,8 trilhão para o refinanciamento da dívida pública. O relator foi o deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL). Há uma estimativa de superávit de R\$ 34,5 bilhões nas contas do governo e reserva de cerca de R\$ 61 bilhões para emendas parlamentares. Também haverá despesa extra com o

Fundo Eleitoral, programada em cerca de R\$ 5 bilhões.

O piso de investimentos foi calculado em R\$ 83 bilhões. O montante equivale ao piso de 0,6% do PIB, que, de acordo com a regra do arcabouço fiscal, deve ser aplicado em investimentos. O governo deve dar prioridade às obras do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), que enfrentam limitações de recursos e paralisações.

**TENDÊNCIA > SANÇÃO COM VETOS**



## AVALIAÇÃO SEMANAL DO GOVERNO

<p><b>FISCAL 😊</b></p> <p>Ainda que o Tribunal de Contas da União (TCU) tenha aprofundado a análise da política fiscal do governo, integrantes do próprio tribunal apontam que houve flexibilização em decisões e permissões com práticas que podem colocar a credibilidade da gestão econômica em xeque.</p>	<p><b>GERENCIAL 😞</b></p> <p>A ONG Transparência Internacional-Brasil criticou a baixa disponibilização de informações sobre as obras do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal. De acordo com a organização, as lacunas em torno da transparência podem levar “a um aumento dos riscos de fraude, corrupção e má gestão”.</p>	<p><b>ECONOMIA 😊</b></p> <p>A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 68,3 bilhões em 2025. O valor foi alcançado com exportações de US\$ 348,7 bilhões e importações de US\$ 280,4 bilhões. O resultado é o terceiro melhor da série histórica, atrás de 2023 e 2024.</p>
<p><b>SOCIAL 😊</b></p> <p>A inflação fechou em 4,26% em 2025, abaixo do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3%, com margem de 1,5 ponto percentual para cima e para baixo. Essa é a primeira vez que o IPCA fica dentro desse intervalo no acumulado fechado de um ano desde 2019, quando ficou em 4,31%. É também a primeira vez neste governo Lula que esse número é registrado.</p>	<p><b>POLÍTICA 😞</b></p> <p>Pesquisa do instituto Ipsos (7/1) mostra que 59% dos brasileiros acreditam que o Brasil está trilhando por um caminho errado. Por outro lado, 41% dizem que está seguindo na direção correta. Segundo o levantamento, os principais problemas enfrentados pelo Brasil são: crime e violência (45%); corrupção financeira e política (36%); assistência médica (34%); pobreza e desigualdade social (31%); impostos (27%); inflação (24%); e educação (22%).</p>	

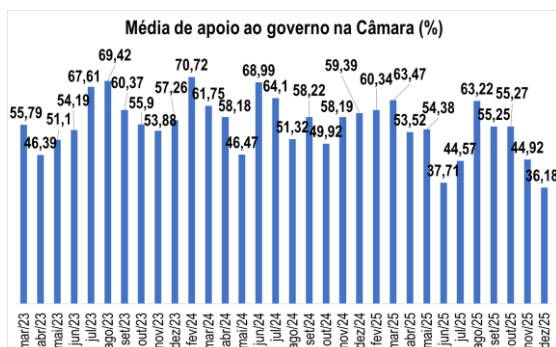


## ANÁLISE DE CONJUNTURA

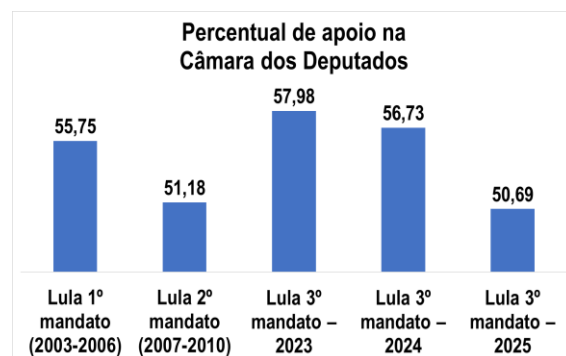
### Lula encerra 2025 com o menor apoio na Câmara

Levantamento da **Arko Advice** mostra que, em dezembro, o apoio aos projetos de interesse do Executivo atingiu seu patamar mais baixo desde que o presidente Lula (PT) assumiu o seu terceiro mandato, em janeiro de 2023. O índice foi de 36,18%. No período, foram analisadas 21 votações nominais e abertas nas quais houve orientação de voto do governo.

A principal razão é que, das 21 votações analisadas, oito estavam relacionadas ao projeto de lei que visava reduzir as penas dos condenados por tentativa de golpe de Estado. Esse projeto foi vetado por Lula na semana passada. Os vetos serão analisados pelo Congresso Nacional em data ainda a ser definida e os parlamentares poderão decidir se mantêm ou não o veto. Para reverter um veto presidencial são necessários 257 votos na Câmara e 41 no Senado.



Nos dois primeiros anos da atual gestão Lula, o apoio na Câmara chegou a apresentar os melhores percentuais de apoio. No entanto, 2025 terminou com o menor índice de adesão: 50,69%.



Essa queda pode ser explicada pela polarização política. Além disso, mesmo que partidos de centro e de centro-direita tenham cargos no governo, caso de PP, PSD, União Brasil e Republicanos, há maior afinidade ideológica com o PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro.

No ano passado, os partidos mais alinhados ao governo foram: PCdoB (85,12%); PT (79,48%); PV (77,55%); PSOL (72,10%); e PDT (71,04%). Por outro lado, os que mais votaram contra os interesses do governo foram: Novo (66,66%); PL (56,03%); PRD (34,71%); União (31,53%); e Cidadania (30,36%).



## Câmara dos Deputados

### Comportamento partidário em 2025 em relação a propostas de interesse do governo (%)

Partido	Bancada	Favor	Contra	Ausências	Abstenção	Obstrução	Art.17*
PL	87	21,72	56,03	21,32	0,25	0,15	0,18
PT	67	79,48	2,83	16,04	0,14	0,94	0,21
União	59	44,97	31,53	23,01	0,14	0,00	0,01
PP	50	46,98	26,48	26,06	0,03	0,0	0,15
PSD	47	50,71	22,42	26,28	0,18	0,00	0,09
Republicanos	44	55,17	23,17	20,06	0,11	0,00	1,14
MDB	42	44,81	23,77	30,93	0,20	0,00	0,00
Podemos	16	58,58	19,99	20,62	0,43	0,00	0,02
PDT	16	71,04	10,84	17,14	0,27	0,32	0,00
PSB	16	70,52	7,64	20,91	0,12	0,42	0,09
PSDB	14	51,61	26,65	21,28	0,14	0,	0,00
PSOL	11	72,10	10,12	15,75	0,41	1,32	0,00
PCdoB	9	85,13	3,80	10,33	0,09	0,27	0,00
Avante	8	57,04	18,47	23,76	0,40	0,00	0,00
Novo	5	13,12	66,66	11,00	0,00	8,33	0,55
PRD	5	34,25	34,71	30,57	0,15	0,00	0,00
Solidariedade	5	54,86	13,79	31,11	0,00	0,00	0,00
Cidadania	4	34,96	30,36	34,48	0,00	0,00	0,00
Rede	4	67,70	8,49	19,26	0,85	3,11	0,00
PV	4	77,55	3,65	17,79	0,00	0,63	0,00
<b>Total</b>	<b>513</b>	<b>50,69</b>	<b>26,17</b>	<b>22,14</b>	<b>0,17</b>	<b>0,30</b>	<b>0,19</b>

\*Quem está no exercício da presidência da Câmara não vota.

## Master e Maduro, as apostas da oposição

Os primeiros acontecimentos do ano deixam evidente que todo e qualquer evento será altamente explorado em termos políticos e eleitorais. Ou seja, a temperatura política em 2026 será bastante elevada e criará ruído.

O novo ano começou com rescaldo do final de 2025, com as revelações em torno do Banco Master envolvendo o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e sua esposa, a advogada Viviane Barci de Moraes, cujo escritório mantinha um contrato milionário com a instituição financeira.

A oposição está se articulando para criar uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) e “investigar as fraudes financeiras atribuídas ao Banco Master, estimadas em mais de R\$ 12 bilhões pela Polícia Federal”, além de “demais conexões político-institucionais relacionadas aos fatos investigados”. De acordo com o vice-líder da oposição na Câmara, deputado Carlos Jordy (PL-RJ), já há apoio suficiente para o pedido – o mínimo são 171 assinaturas na Câmara e 27 no Senado.

Outra questão que está sendo bastante politizada é a invasão da Venezuela pelos Estados Unidos, no dia 3 de janeiro, que resultou na captura do presidente Nicolás Maduro. Por um lado, o presidente Lula e aliados estão adotando uma postura cautelosa. Embora critiquem a decisão dos Estados Unidos, estão focando mais na questão da soberania nacional e menos no presidente deposto. Por outro lado,

a oposição está reunindo uma série de vídeos e declarações de Lula em apoio a Nicolás Maduro e a seu antecessor, Hugo Chávez. De acordo com levantamento da AtivaWeb divulgado no dia 5 de janeiro, a maior parte dos brasileiros se posiciona a favor da ação dos Estados Unidos. Segundo a pesquisa, entre 56% e 62% das postagens sobre o assunto foram favoráveis à prisão do líder venezuelano, enquanto entre 20% e 28% das menções foram contrárias. O levantamento também indica que entre 16% e 26% das publicações tiveram o teor neutro.

Os dois episódios – Banco Master e Venezuela – reforçam o discurso da oposição. Em relação ao Banco Master, o objetivo é tentar intensificar o desgaste do ministro Alexandre de Moraes. Por isso o episódio está sendo monitorado pela oposição e nenhum membro do PT assinou o pedido de criação da CPMI. Em relação à Venezuela, o objetivo é intensificar a batalha ideológica nas redes sociais, tema que mobiliza os apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Ainda que a exploração dos temas não traga dividendos eleitorais no curto prazo, dão munição para a oposição. Vale lembrar que, antes dos episódios mencionados, a questão principal era a crítica ao fato de Jair Bolsonaro ter escolhido como opção para a eleição presidencial em outubro o seu primogênito, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), e não o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Não que o descontentamento em relação a essa escolha vá diminuir, mas outros temas passaram a ocupar as manchetes.



## Processo eleitoral deste ano terá regras semelhantes a 2022

A síntese da cena política em 2026 é a eleição de outubro. Tal qual a polarização nacional observada na disputa de 2022 que remanesce para o pleito deste ano, a legislação eleitoral continua praticamente a mesma. Pouco mudou de lá para cá. As poucas alterações a serem implementadas decorrem de normas criadas anteriormente que entrarão em vigor agora: decisões judiciais e apenas duas inovações aprovadas pelo Congresso.

Este ano haverá a ampliação da cláusula de barreira, mecanismo criado pela Emenda Constitucional nº 97/17 que estabelece critérios progressivos de desempenho para que partidos possam ter acesso a recursos do Fundo Partidário e direito a tempo de mídia. Os requisitos passam a ser a obtenção de 2,5% dos votos válidos distribuídos por nove Unidades da Federação ou a eleição de 13 deputados federais, também espalhados por um terço do país. No caso de federações partidárias, essas metas são contabilizadas em conjunto entre as legendas que compõem o grupo. Outra mudança, previamente determinada pela Emenda Constitucional nº 111/21, é a transferência da data de posse do presidente da República e dos governadores, que passa a ser, respectivamente, no dia 5 e no dia 6 de janeiro.

Por força de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), houve a revisão de um dos critérios de distribuição das “sobras eleitorais” na eleição de deputados. Em julgamento recente, a Corte permitiu que todos os candidatos possam participar da distribuição de vagas remanescentes após a divisão entre partidos e federações que tiverem atingido o quociente eleitoral, e não somente entre candidatos de legendas que alcancem 80% desse quociente, conforme previa a regra anterior. Além disso, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) expedirá normas administrativas e disciplinares sobre o julgamento de ações. Um dos pontos a ser regulado de forma interpretativa pela Justiça Eleitoral é o uso de Inteligência Artificial, que ainda não possui uma legislação específica.

Na esfera do Legislativo, a grande mudança foi a definição do novo marco inicial de contagem de prazos de inelegibilidade. A Lei da Ficha Limpa foi alterada para definir que o período de oito anos em que um político condenado não poderá se candidatar será contado a partir da decisão que decretar sua proibição. Na prática, haverá uma redução do tempo de punição aos que sofrerem condenação, pois o prazo era contado a partir do fim do mandato em curso. Outra modificação ratifica o que já é praticado em parte pela Justiça Eleitoral no que diz respeito às datas-limite para aferição da idade mínima do candidato requerida para o cargo disputado.



# Agenda da Fazenda no Congresso em 2026

A perspectiva é que a Fazenda aposte em matérias regulatórias no Congresso ao longo de 2026. Grande parte das matérias integraram a agenda de prioridades da pasta no ano passado, mas não tiveram a tramitação concluída devido ao empenho especial do governo em relação a matérias para equilibrar as contas públicas. Vale lembrar que 2026 é ano eleitoral e a tendência é que as pautas estejam sujeitas a um calendário de trabalho reduzido – com enfoque maior no primeiro semestre – e a pressões inerentes ao processo eleitoral.

Para este ano, a Fazenda precisa concluir a aprovação do terceiro e último projeto da Reforma Tributária: o que estabelecerá a alíquota do Imposto Seletivo (IS). Segundo fontes, o texto está na Fazenda e ainda não foi encaminhado à Casa Civil para ser enviado ao Congresso Nacional. Tendo em vista que o IS entra em vigor no próximo ano, o projeto precisa ser aprovado até o fim de 2026.

Além disso, os temas que têm maior chance de andamento no primeiro semestre são os mais populares, importantes em meio a um período eleitoral, e que contam com o apoio do governo. Entre eles, estão os projetos

que tratam das relações de trabalho, como a redução da jornada (PL nº 67/25) – uma agenda do Planalto apoiada pela pasta – e a regulamentação dos trabalhadores de aplicativo (PLP nº 152/25). Na esteira do combate ao crime organizado, bandeira fortemente levantada pela Fazenda em 2025, está o Projeto de Lei Antifacção (PL nº 5.582/25), que carece do aval final da Câmara para seguir para sanção presidencial.

Matérias microeconômicas herdadas de 2025 também tendem a estar no radar da Fazenda. Grande parte delas está travada no Senado desde o ano passado e aguardam despacho do presidente da Casa. O projeto que trata dos regimes de resolução bancária (PLP nº 281/19) aguarda análise na Câmara e pode ganhar fôlego devido ao caso do Banco Master. No Senado, encontram-se o Marco Regulatório do Sistema de Pagamentos Brasileiro (PL nº 2.926/23) e a revisão da Lei de Falências (PL nº 3/24), que já foi aprovada na Câmara mas enfrenta dificuldade de progressão entre os senadores.

O projeto da economia circular e de proteção a acionistas minoritários (PL nº 5.662/25) ainda depende de despacho do presidente do Senado, assim como o de concessões e PPPs (PL nº 2.373/25). Este último possui chance de andamento devido às pressões dos setores envolvidos. Conforme apuração da **Arko**, o senador Eduardo Gomes (PL-TO) é o mais cotado para a relatoria.

Matéria	Status atual	Expectativa
<b>Alíquota do Imposto Seletivo (IS)</b>	Em discussão na Fazenda. Passará pela Casa Civil antes de seguir para o Congresso Nacional.	Tendo em vista que o IS entra em vigor em 2027, o projeto precisa ser aprovado este ano.

<b>Matéria</b>	<b>Status atual</b>	<b>Expectativa</b>
<b>Escala 6x1 (PL nº 67/25)</b>	Aguarda votação na CTrab da Câmara. Depois, segue para a CCJC.	Deve avançar este ano e se tornar bandeira da campanha eleitoral do presidente Lula (PT).
<b>Regulamentação de motoristas de app (PLP nº 152/25)</b>	Aguarda votação em Comissão Especial na Câmara. Depois, segue para a CCJC.	Deve avançar no primeiro semestre deste ano.
<b>IA e datacenters (PL nº 2.338/23)</b>	Aprovado no Senado Federal. Aguarda votação em Comissão Especial na Câmara.	Como o relatório vai aderir à MP do Redata (MP nº 1.318/25), há possibilidade de o projeto ser apreciado até a data do vencimento da medida (25 de fevereiro).
<b>PL Antifacção (PL nº 5.582/25)</b>	Aprovado no Senado. Aguarda votação no plenário da Câmara.	Deve avançar nos primeiros meses deste ano.
<b>Reestruturação de carreiras (PL nº 6.170/25)</b>	Aguarda despacho do presidente da Câmara.	Foi enviado pelo governo em regime de urgência constitucional e sobresta a pauta da Câmara a partir de 1º de março.
<b>Regulamentação das bigtechs (PL nº 4.675/25)</b>	Aguarda despacho do presidente da Câmara.	Por constar das prioridades da Fazenda, pode ter andamento.
<b>Resolução bancária (PLP nº 281/19)</b>	Aguarda deliberação no plenário da Câmara desde 2024.	Por constar das prioridades da Fazenda, pode ter andamento.
<b>Infraestrutura do setor financeiro (PL nº 2.926/23)</b>	Aprovado na Câmara. Aguarda indicação de relator na CCJ do Senado.	Por constar das prioridades da Fazenda, pode ter andamento.
<b>Falências (PL nº 3/24)</b>	Aguarda despacho do presidente do Senado.	Por constar das prioridades da Fazenda, pode ter andamento.
<b>Concessões e PPPs (PL nº 2.373/25)</b>	Aprovado na Câmara. Aguarda despacho do presidente do Senado.	Por constar das prioridades da Fazenda, pode ter andamento.
<b>Economia circular (PL nº 5.662/25)</b>	Aprovado na Câmara. Aguarda despacho do presidente do Senado.	Por constar das prioridades da Fazenda, pode ter andamento.
<b>Regime aduaneiro (PL nº 4.423/24)</b>	Aprovado no Senado. Aguarda despacho do presidente da Câmara.	Por constar das prioridades da Fazenda, pode ter andamento.

## O potencial eleitoral dos ministros-candidatos

O pedido de demissão de Ricardo Lewandowski do Ministério da Justiça e Segurança Pública foi o marco inaugural de mudanças importantes que ocorrerão na Esplanada. A expectativa é de que outros 21 ministros saiam do governo por conta das eleições de outubro. Como o prazo-limite de desincompatibilização é 3 de abril, quem quiser concorrer deixará o governo nos próximos meses.

Dos 21 ministros que podem ser candidatos, oito devem concorrer a deputado(a) federal: Gleisi Hoffmann (PT); Jader Filho (MDB); Paulo Teixeira (PT); Anielle Franco (PT); André de Paula (PSD); Sônia Guajajara (PSOL); Wolney Queiroz (PDT); Luiz Marinho (PT). Desses nomes, cinco têm boas possibilidades de serem eleitos(as) – ver tabela a seguir.

Três ministros podem concorrer a governador: Renan Filho (MDB), em Alagoas; Camilo Santana (PT), no Ceará; Geraldo Alckmin (PSB), Fernando Haddad (PT) ou Márcio França (PSB), em São Paulo. Renan e Camilo são favoritos em seus estados. Já em São Paulo, o favorito é o governador

Tarcísio de Freitas (Republicanos) ou quem representar sua gestão. Temos ainda 11 ministros que podem concorrer ao Senado: Geraldo Alckmin (PSB); Fernando Haddad (PT); Simone Tebet (MDB); Márcio França (PSB); Alexandre Silveira (PSD); Carlos Fávaro (PSD); Silvio Costa Filho (Republicanos); Rui Costa (PT); André Fufuca (PP); Marina Silva (Rede); e Waldez Góes (PDT). Dos possíveis nomes, seis são competitivos e podem se eleger (ver tabela).

O alto número de ministros que podem disputar o Senado tem relação com o fato de dois terços da Câmara Alta ser renovada em outubro. Também pesa o desejo do presidente Lula (PT), principalmente no caso de reeleição, de evitar que a direita tenha maioria no Senado.

Na lista de ministros-candidatos também temos nomes que podem funcionar como “curingas”. É o caso de Geraldo Alckmin, Fernando Haddad, Simone Tebet e Márcio França. Quanto a Alckmin, o mais provável é a reedição da chapa com Lula. No entanto, não deve ser descartada a possibilidade de ele concorrer a governador ou senador. Haddad também é uma alternativa para esses dois cargos. Além disso, é o “plano B” de Lula, caso o presidente não dispute a reeleição. Tebet e França também são opções em São Paulo, onde o PT tem histórica dificuldade de construir um palanque competitivo.

<b>MINISTÉRIOS</b>	<b>MINISTROS</b>	<b>CARGO QUE PODE DISPUTAR</b>	<b>COMENTÁRIOS</b>
Indústria e Comércio	Geraldo Alckmin (PSB)	Vice-presidência, governo de São Paulo ou Senado	A pesquisa do instituto Real Time Big Data (dez. 2025) aponta que Alckmin tem 26% das intenções de voto para governador, ficando atrás de Tarcísio de Freitas (Republicanos), que lidera com 45%. Quanto ao Senado, Alckmin aparece com 21%, figurando na 1ª posição.
Relações Institucionais	Gleisi Hoffmann (PT)	Câmara	Uma das principais líderes do PT, deve se eleger com tranquilidade.
Fazenda	Fernando Haddad (PT)	Governo de São Paulo ou Senado	É um nome competitivo para os dois cargos. De acordo com o Real Time Big Data (dez. 2025), Haddad tem 19% de chances na disputa ao Senado, ocupando a 2ª posição. Na disputa ao governo de São Paulo, registra 22%, ficando em 2º lugar.
Planejamento	Simone Tebet (MDB)	Senado	Pode concorrer no Mato Grosso do Sul ou em São Paulo, caso transfira seu domicílio eleitoral. No MS, de acordo com o Real Time Big Data (dez. 2025), tem 16% de chances, aparecendo na 2ª posição.
Cidades	Jader Filho (MDB)	Câmara	Filho do ex-senador Jader Barbalho e irmão do governador do Pará, Helder Barbalho, Jader Filho deve se eleger com expressiva votação.
Desenvolvimento Agrário	Paulo Teixeira (PT)	Câmara	Com trânsito entre os movimentos sociais, deve conquistar um novo mandato de deputado.

<b>MINISTÉRIOS</b>	<b>MINISTROS</b>	<b>CARGO QUE PODE DISPUTAR</b>	<b>COMENTÁRIOS</b>
Empreendedorismo	Márcio França (PSB)	Governo de São Paulo ou Senado	É competitivo para os dois cargos, mas deve ter dificuldade na eleição. Para o governo, de acordo com o Real Time Big Data (dez. 2025), tem 16% de chances, aparecendo na 3ª posição. Para o Senado, registra 12%, aparecendo em 4º lugar.
Igualdade Racial	Anielle Franco (PT)	Câmara	Terá uma eleição competitiva, mas pode se eleger.
Minas e Energia	Alexandre Silveira (PSD)	Senado	Terá uma eleição difícil pela frente. Segundo a pesquisa Real Time Big Data (dez. de 2025), é o 3º colocado, com 14% das intenções de voto.
Pesca	André de Paula (PSD)	Câmara	Tem boas chances de eleger-se deputado.
Agricultura e Pecuária	Carlos Fávaro (PSD)	Senado	Enfrentará uma eleição difícil. De acordo com o instituto Paraná (dez. 2025), é o 5º colocado, com 11%.
Portos e Aeroportos	Silvio Costa Filho (Republicanos)	Senado	Pode conquistar uma vaga no Senado. De acordo com o Real Time Big Data (dez. 2025), é o 2º colocado, com 20%.
Povos Indígenas	Sônia Guajajara (PSOL)	Câmara	Terá uma eleição difícil.
Previdência	Wolney Queiroz (PDT)	Câmara	Terá uma eleição difícil por conta do escândalo envolvendo o INSS.
Trabalho	Luiz Marinho (PT)	Câmara	Ligado a Lula, deve conquistar o mandato de deputado com facilidade.
Transportes	Renan Filho (MDB)	Governo de Alagoas	É o favorito da disputa. De acordo com o Real Time Big Data (dez. 2025), lidera com 48% das intenções de voto.

<b>MINISTÉRIOS</b>	<b>MINISTROS</b>	<b>CARGO QUE PODE DISPUTAR</b>	<b>COMENTÁRIOS</b>
Casa Civil	Rui Costa (PT)	Senado	É o favorito para uma das vagas. Segundo o Real Time Big Data (dez. 2025), lidera a disputa com 28%.
Esporte	André Fufuca (PP)	Senado	Segundo o Real Time (dez. 2025), é o 2º colocado, com 17%. Tem chances de se eleger.
Meio Ambiente	Marina Silva (Rede)	Senado	Pode concorrer em São Paulo. Segundo o Real Time Big Data (dez. 2025), é a 3ª colocada, com 12%.
Integração e Desenvolvimento Regional	Waldez Góes (PDT)	Senado	De acordo com o Real Time (dez. 2025), tem apenas 7%, sendo o 4º colocado.
Educação	Camilo Santana (PT)	Governador	Caso concorra a governador, é o favorito, já que, de acordo com o instituto Paraná (dez. 2025), lidera com 45% das intenções de voto.

## Venezuela e 8 de janeiro devem ter apelo eleitoral restrito aos polos

A captura de Nicolás Maduro, ex-presidente da Venezuela, pelos Estados Unidos e a cerimônia realizada no Palácio do Planalto intitulada Defesa da Democracia, no terceiro ano dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, são pautas que servem para “aquecer” tanto o bolsonarismo quanto o lulismo. No entanto, as duas agendas não devem ser os temas centrais do debate sucessório.

A celebração que os principais aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) fizeram da ação realizada na Venezuela no último dia 3 pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, serviu para a oposição tentar vincular Lula à ditadura venezuelana.

O tema Venezuela, contudo, também desafia a oposição. Além de a ação de Trump ser bastante criticada não apenas no Brasil, mas também no exterior por violar o direito internacional, os assuntos relativos à política externa costumam ter pouco apelo eleitoral. Assim, é improvável que a oposição consiga vencer a eleição presidencial explorando a relação

política que Lula teve com Maduro em um passado não muito distante.

Apesar disso, a pauta Venezuela é desconfortável para o Palácio do Planalto. Mesmo que a imagem de Maduro esteja bastante desgastada, parte dos setores da esquerda continua simpatizando com o regime venezuelano, causando desconforto para Lula, que, recentemente, conseguiu construir um diálogo com Donald Trump após muitos obstáculos.

A agenda da “defesa da democracia”, por sua vez, também acaba pregando somente para convertidos. Apesar da tentativa da esquerda em insistir na narrativa de que os atos de 8 de janeiro de 2023 não devam ser esquecidos, após a prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) o assunto passou a ter apelo limitado à esquerda do espectro político. Outro fator a ser observado é que nas eleições de outubro, além de Bolsonaro não ser candidato, o que estará em debate é se Lula merece ou não mais um mandato.

Naturalmente, assuntos como Venezuela e 8 de janeiro farão parte do debate sucessório, principalmente pela capacidade de estimularem paixões e fomentarem o engajamento das bolhas no debate político. No entanto, quem quiser vencer a disputa ao Palácio do Planalto precisará oferecer uma agenda de futuro sobre a economia, a segurança, o transporte e os costumes.

## Arko Entrevista

Por Nathalia Kuhl

>Deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), presidente da Comissão de Defesa do Consumidor

**O senhor é defensor do projeto que assegura o direito à alimentação aos trabalhadores de aplicativos de entrega. Qual a espinha dorsal desse projeto e qual sua importância neste momento?**

A espinha dorsal do projeto é a segurança alimentar, que é um direito básico. Esses trabalhadores, em geral, enfrentam jornadas muito extensas e ininterruptas, muitas vezes sem garantia de alimentação. O projeto busca assegurar dignidade ao exercício da atividade e transferir a responsabilidade dessa garantia para quem mais se beneficia com esse modelo de trabalho: as plataformas de aplicativo.

**O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou que a redução da jornada continua como uma das principais pautas do governo, podendo ser aprovada este ano. O senhor acredita que haverá avanço no Congresso em 2026 sobre o tema?**

Não tenho nenhuma dúvida de que o Congresso vai aprovar alguma alteração na jornada regulamentar de trabalho em 2026. A redução da jornada nunca deixou de estar presente no debate dos trabalhadores e da política. Há mais de uma centena de projetos, alguns tramitando há 20, 25 anos ou até 30. Eu mesmo apresentei um projeto em 2007. Hoje, dois projetos ganharam mais visibilidade e audiência. Acredito que vamos avançar para uma jornada máxima de 40 horas semanais, com um escalonamento gradual, até chegar a 36



Deputado Daniel Almeida

Foto: Bruno Spada / Câmara dos Deputados

horas semanais. Também deve haver a garantia do fim da escala 6 por 1, permitindo que as negociações coletivas definam o modelo de jornada conforme cada setor.

**Como presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, quais as principais pautas debatidas ou aprovadas recentemente?**

A comissão aprovou muitos projetos, mas o principal foi trazer à luz temas relevantes. Destaco o debate sobre energia elétrica, envolvendo acesso, geração e distribuição. Também discutimos o papel das bets, seus impactos na economia, no endividamento e na saúde mental. Outro eixo importante foi o sistema financeiro, abordando o papel dos bancos, o acesso ao crédito, o endividamento, as demissões e o fechamento de agências. O principal saldo foi colocar esses temas no centro do debate público. Mesmo sem votações conclusivas, o trabalho criou condições para que o Congresso Nacional avance nessas pautas ao longo deste ano.

## AGENDA POLÍTICA DA SEMANA

### SEGUNDA-FEIRA (12/01)

- O **presidente Lula** (PT) se reúne, às 9h, com o Ministro da Casa Civil, Rui Costa, e Secretária-Executiva da Casa Civil, Miriam Belchior. Às 11h, recebe o Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Sidônio Palmeira. Às 15h, tem encontro com Rui Costa, o Ministro da Fazenda substituto, Dario Durigan, e a Ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Gleisi Hoffmann.
- O **presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo**, reúne-se, às 14h, com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Vital do Rêgo Filho. Pelo TCU, participam do encontro: a secretária-geral de Controle Externo, Juliana Pontes; o secretário-geral de Comunicação, Flávio Takashi Sato; e a auditora-chefe adjunta da Secretaria-Geral de Controle Externo, Maria Bethânia Lahoz. Pelo lado do BC, participam: o diretor de Fiscalização do BC, Ailton de Aquino Santos; o diretor de Regulação e de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução, Gilneu Vivan; e a diretora de Cidadania e Supervisão de Conduta, Izabela Moreira Correa.

### TERÇA-FEIRA (13/01)

- Prazo-limite para o presidente Lula sancionar o PLP nº 108/24, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (**regulamentação da Reforma Tributária**).
- O instituto Boas Ideias Inteligência em Pesquisa pode divulgar **pesquisa sobre a eleição presidencial** contratada pelo Canal Meio.
- O IBGE divulga a **Pesquisa Mensal de Serviços** de novembro de 2025.

### QUARTA-FEIRA (14/01)

- Prevista a divulgação de **pesquisa Genial/Quaest** sobre eleição presidencial.
- Data-limite para o presidente Lula (PT) sancionar o **Orçamento da União** para 2026.
- A Suprema Corte dos **Estados Unidos** divulga decisão sobre tarifas impostas pelo presidente americano, Donald Trump.

### QUINTA-FEIRA (15/01)

- Termina o mandato de Veronica Sánchez da Cruz Rios na presidência da **Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico** (ANA).
- O IBGE divulga a **Pesquisa Mensal de Comércio** de novembro de 2025.

### SEXTA-FEIRA (16/01)

- Ministros do **Tribunal de Contas da União** (TCU) retomam as atividades.
- O Banco Central divulga o IBC-Br (**prévia do PIB**) de novembro.



# POLÍTICA BRASILEIRA

## **EDITOR**

Murillo de Aragão

## **EDITOR-CHEFE**

Cristiano Noronha

## **CONSELHO EDITORIAL**

Murillo de Aragão, Cristiano Noronha, Daniel Marques,  
Carlos E. Bellini, Marcos A. Queiroz, Lucas de Aragão,  
Michael López, Rildson Moura e Thiago de Aragão

## **JORNALISTA RESPONSÁVEL**

Murillo de Aragão

## **PROJETO GRÁFICO**

Érica Passos

## **IN MEMORIAM**

José Negreiros

POLÍTICA BRASILEIRA É UMA PUBLICAÇÃO DA ARKO ADVICE PESQUISAS LTDA E  
AGÊNCIA BRASÍLIA EM TEMPO REAL • **PUBLICAÇÃO DE CIRCULAÇÃO RESTRITA**

 **ARKO ADVICE**  
ARROADVICE.COM.BR